



REALIZAÇÃO



ASSOCIAÇÃO DOS
ARQUIVISTAS DO
ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL

PATROCÍNIO



University of Minho SPIN-OFF



INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA



PARCEIROS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¾ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado
Camila Lacerda Couto - Especialização
Cléo Belicio Lopes - Especialização
Daniel Flores - Pós-Doutorado
Débora Flores - Mestrado
Denize Brum Camargo - Graduação
Flavia Helena Conrado - Mestrado
Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado
Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização
Mateus de Moura Rodrigues - Especialização
Raquel Miranda da Silva - Especialização
Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado
Rosani Gorete Feron - Especialização
Valéria Raquel Bertotti - Mestrado
Viviane Portella de Portella - Mestrado

Comissão Central de Programação Científica



Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente
Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro
Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro
Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro
Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro
Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro
Arquiv. Mndr. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro
Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro
Arquiv. Ma. Neiva Pavezzi (UFSM) - Membro

Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas
Ana Célia Rodrigues - UFF
André Malverdes - UFES
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL
Aurora Leonor Freixo - UFBA
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas
Carla Mara da Silva Silva- UFAM
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq
Carlos Blaya Perez - UFSM
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG
Dhion Carlos Hedlund - FURG
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC
Eliandro dos Santos Costa - UEL
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM
Flávio Leal da Silva - UNIRIO
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA
Heloísa Liberalli Bellotto - USP
Janilton Fernandes Nunes - UFAM
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP
Josemar Henrique de Melo - UEPB
Julianne Teixeira e Silva - UFPB
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG
Marcieli Brondani de Souza - UFAM
Margarete Farias de Moraes - UFES
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL
Maria Leandra Bizello - UNESP
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES
Mateus de Moura Rodrigues - FURG
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL
Sérgio Renato Lampert - FURG
Sônia Elisabete Constante - UFSM
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP
Úrsula Blattmann - UFSC
Welder Antônio Silva - UFMG

Comissão de Apoio



Secretaria

Melina Pereira

Comissão de Divulgação

Everton Tolves
Pâmela Menezes Flores
André Grendene Azevedo
Maria Eduarda Flores

Comissão de Transportes

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon
Comissão Artística
Arion Pilla

Comissão de Projetos

Jonas Ferrigolo Melo
Juliana Kirchhof
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados

Camila Medeiros
Tamiris Carvalho
Catiana Ramiro

Comissão de Infraestrutura

Adriéli Mello
Douglas Duarte

Editoração e Revisão

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



Associação dos Arquivistas do RS - AARS

Biênio 2013 - 2015

Diretoria

PRESIDENTA: Débora Flores

VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos

1^a SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto

2^a SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes

1^a TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva

2^o TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Denize Camargo

Rosani Gorete Feron

Viviane Portela de Portela

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Daniel Flores

Flavia Helena Conrado

Jorge Alberto Soares Cruz



SUMÁRIO

Sobre o Evento.....	09
AARS.....	11
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	12
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	328
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	370
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	615
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	730
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	949
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	1121
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	1143
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	1168
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória	1220

SOBRE O EVENTO

VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, consequentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



COMUNICAÇÕES ORAIAS

EIXO:

***EPISTEMOLOGIA DA
ARQUIVOLOGIA E
FORMAÇÃO
PROFISSIONAL***

O PERFIL DO ARQUIVISTA FORMADO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Eliseu dos Santos Lima²³

Fernanda Kieling Pedrazzi²⁴

O artigo apresenta o resultado da investigação apresentada em 2012 na Pós-Graduação Gestão em Arquivos da UFSM, que teve como objetivo identificar o perfil dos arquivistas formados pelo Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria no ano de 2001 e a atual ocupação em 2011, dez anos após a formação. A pesquisa classifica-se como descritiva de abordagem qualitativo-quantitativa, sendo que para a coleta de dados foi aplicado um questionário à turma de arquivistas da UFSM de 2001. Frente a atual realidade que circunda o mundo profissional, o tema da pesquisa surgiu do interesse em analisar como se deu a inserção dos arquivistas graduados pela Universidade Federal de Santa Maria no ano de 2001 no mercado de trabalho, e como foram suas trajetórias profissionais, bem como procurar informações sobre os aspectos relacionados à capacitação profissional, relações com as instituições empregadoras, relações interpessoais de trabalho e legalização e reconhecimento profissional. Os resultados desse estudo são apresentados a seguir.

Palavras-chave: Arquivista. Formação. Atuação profissional. Mercado de trabalho.

THE PROFILE ARCHIVIST FORMED BY THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA MARIA

The article presents the results of research presented in 2012 on the Graduate Management Files UFSM, which aimed to identify the profile of trained archivists at Archivology Course, Federal University of Santa Maria in 2001 and the current occupation in 2011, ten years after the training. The research is classified as descriptive qualitative/quantitative approach, and for data collection a questionnaire to the class of archivists UFSM 2001 was applied. Facing current reality surrounding the professional world, the theme of the research came from the interest in analyzing how was the insertion of graduates archivists from the Federal University of Santa Maria in 2001 in the labor market, and how were their professional careers, as well how to search for information on aspects related to professional skills, relationships with the employing institutions, interpersonal work relationships and professional recognition and legalization. The results of this study are presented below.

Keywords: Archivist. Formation, Professional acting. Labor market.

²³ Especialista em Gestão em Arquivos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil. Arquivista do Departamento de Gestão Documental da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: eliseuds1@yahoo.com.br.

²⁴ Doutoranda em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil. Professora do Departamento de Documentação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: Fernanda.pedrazzi@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Em todas as épocas, a informação é um elemento essencial para a sociedade, tanto para garantia de prova, como para comprovação de direitos adquiridos.

Com o desenvolvimento e a burocratização das organizações, aliados ao acelerado desenvolvimento da tecnologia, nota-se o crescimento na produção e acumulação de documentos, o que demanda a procura por profissionais capacitados para gerir toda essa gama de informações.

O arquivista é o profissional capacitado para atuar com a gestão documental e só a ele é permitido o exercício da profissão segundo a Lei nº 6.546/1978, que regulamenta a profissão e diferencia as atribuições de arquivistas e técnicos de arquivo.

O momento de inserção no mercado de trabalho por qualquer profissional é marcado por indagações de como agir perante a nova vida que lhe espera. Procurar atuar em determinado setor, buscar qualificação e capacitação para trabalhar e manter-se num mercado que cada vez mais competitivo necessita de um profissional polivalente para dar conta das constantes exigências que o exercício da profissão requer.

Dessa forma, o arquivista precisa estar preparado para atuar frente a situações diversas que surgirão a partir das atividades do seu dia a dia profissional, principalmente, as advindas dos temas relacionados às Tecnologias da Informação e Comunicação, com presença marcante atualmente nos arquivos.

A pesquisa classifica-se como descritiva de abordagem quali/quantitativa, que utilizou técnica padronizada para a coleta de dados, através da aplicação de um questionário visando o levantamento das informações para análise dos dados. O questionário, elaborado no início de 2012, foi aplicado à amostra do estudo no primeiro semestre de 2012, durante os meses de março e abril.

O instrumento para coleta de dados foi dividido em seis blocos temáticos que contemplavam as seguintes questões: aspectos socioeconômicos, formação acadêmica e capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho e atuação profissional, relação com a instituição empregadora atual, relações interpessoais de trabalho e legalização e reconhecimento profissional.

O levantamento dos dados para investigação foi realizado de modo totalmente virtual, através da aplicação do questionário, via endereço eletrônico da população questionada. Os endereços eletrônicos foram obtidos por meio de contatos através das listas de discussões comuns à arquivística na *internet*, bem como pelos *sites* de relacionamento que congregam comunidades virtuais voltadas ao Curso de Arquivologia da UFSM (*Orkut, Facebook, Twitter*). Além da busca pelo universo pesquisado nos *sites* da *Web*, o contato com estes foi realizado ainda, por intermédio dos arquivistas que mantinham contato com os demais egressos do ano de 2001, bem como professores do Departamento de Documentação e representante da Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul (AARGS), que colaboraram para que algumas pessoas fossem localizados por *e-mail*.

Dos 23 egressos que colaram grau em 2001, 22 receberam o questionário para levantamento dos dados, sendo que 15 questionários foram devolvidos, perfazendo um percentual de 68,18% questionários respondidos.

Após essas etapas, os resultados obtidos têm sido apresentados à comunidade arquivística, para cumprir o objetivo da pesquisa e aprofundar os conhecimentos sobre o tema.

2 O PERFIL DO ARQUIVISTA FORMADO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Para que fosse traçado o perfil do arquivista formado pela UFSM, foi necessária a análise de um conjunto de fatores que buscou identificar aspectos relacionados à formação e a atuação desse profissional no mercado de trabalho.

Dessa forma, são apresentados a seguir os resultados obtidos através da realização da pesquisa, com o objetivo de relacioná-los e discuti-los com a teoria arquivística de forma que justifique os seus significados.

2.1 Características socioeconômicas

A análise dos aspectos socioeconômicos dos arquivistas, relacionada ao gênero mostrou que a grande maioria dos egressos é constituída por pessoas do sexo feminino. Essa panorâmica já foi apresentada em outras pesquisas, como a

realizada por Link (2009), cujo resultado apontou a predominância de arquivistas mulheres atuando no mercado de trabalho. Em investigação mais recente, Souza (2011) informa que em todo o Brasil, é maior a frequência de profissionais do sexo feminino. Zanini (2010) também enfatiza que a predominância feminina entre os egressos dos cursos de Arquivologia é comum.

No que diz respeito à faixa etária, a predominância é de arquivistas entre 30 a 34 anos, com menor frequência entre os que possuem entre 35 a 39 anos e 45 a 49 anos, o que indica que boa parte dos egressos ingressou ainda muito jovem na Universidade.

Em relação ao estado civil, verificou-se que a maioria dos arquivistas enquadra-se nas categorias de casado (a) e solteiro (a), com uma frequência menor na categoria de união estável.

O estudo mostrou que a maioria dos arquivistas ainda não possui filhos, talvez por se tratar de um grupo ainda jovem. Entre os arquivistas que possuem filhos, a predominância é da parcela que possui apenas um filho. Apenas um arquivista, dentre os pesquisados, informou possuir dois filhos. Essa perspectiva pode estar relacionada à atual situação familiar, como indica Link (2009), na qual as mulheres necessitam estar inseridas em uma atividade produtiva remunerada, visando melhores condições de vida.

A renda salarial mensal dos arquivistas também foi pesquisada, sendo utilizado como base o Salário Mínimo vigente na época de realização do estudo (R\$ 622,00). O salário mínimo, de acordo com Souza (2011, p.187) “é um indicador atribuído pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, aos trabalhadores para garantir os gastos de uma família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, entre outros”. Nesse sentido, a maioria dos arquivistas apontou receber de cinco até seis salários mínimos e de sete a oito salários mínimos. Uma pequena parcela dos pesquisados têm renda de três até quatro salários mínimos, enquanto que dois arquivistas afirmaram receber mais de dez salários mínimos. Essa realidade indica que os egressos pesquisados são bem remunerados e, como aponta Link (2009) “para a realidade salarial do Brasil, os arquivistas recebem salários dignos”.

Pelos resultados obtidos, verificou-se que a maioria dos arquivistas é proveniente de cidades do Rio Grande do Sul, com maior incidência de egressos nascidos em Santa Maria e demais cidades da região central do Estado. Boa parte dos arquivistas reside e trabalha atualmente em grandes centros urbanos, capitais

de estados, como Brasília (DF), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ). Isso pode ser justificado pela constatação de Lopez (2008) em que “regiões nas quais há grande ocorrência do graduado em Arquivologia como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Brasília, os cargos são preenchidos por profissionais portadores de diploma específico”. Outra justificativa advém da pesquisa realizada por Souza (2011) que constatou que os espaços geográficos onde se oferecem os cursos é onde surgem com mais frequência oportunidades de emprego, ou seja, se encontra uma maior demanda do mercado laboral. Com exceção de Curitiba, onde não é oferecida a graduação em Arquivologia, mas mesmo assim ocorreu o registro de profissionais atuando, Porto Alegre, Brasília e Rio de Janeiro são cidades com mercado de trabalho disponível e com potencial de crescimento para o arquivista.

Com relação à localidade de trabalho, Porto Alegre foi a cidade com maior predominância de profissionais atuando. Curitiba e Brasília também tiveram boa incidência entre as localidades citadas pelos arquivistas.

Um fato que chama atenção é que dos arquivistas naturais de Santa Maria, somente um ainda reside e atua profissionalmente na cidade.

A maioria dos arquivistas trabalha na mesma localidade em que residem, sendo que apenas dois dos pesquisados residem e trabalham em cidades diferentes.

2.2 Formação acadêmica e capacitação profissional

Como afirma Souza (2011, p.120) “a formação não se esgota no nível de graduação [...] a formação é um processo contínuo principalmente no caso dos arquivistas que acompanham as atualizações em seus processos de trabalho”. O que se justifica pela fala de Maldaner (2010, p.11) quando diz que “a educação é a base do sucesso do sujeito, para tanto se quer, através deste, motivar a educação continuada como um processo de aprender permanentemente, em que o sujeito aprende e compartilha o que sabe”.

Nesse sentido, a análise das peculiaridades relacionadas com a formação acadêmica e a capacitação profissional dos arquivistas são indispensáveis para conhecer a realidade em que estão inseridos.

A grande maioria dos arquivistas formados pela UFSM no ano de 2001 possui apenas a graduação em Arquivologia. Somente um egresso destacou possuir

graduação em Ciências Sociais, tendo concluído tal curso antes de ingressar no Curso de Arquivologia.

O resultado da pesquisa mostrou que boa parte dos arquivistas considerava-se preparado em parte para ingressar no mercado de trabalho logo após ter concluído a graduação. Percebeu-se, com as justificativas a respeito desse questionamento, que grande parte dos arquivistas sentiam-se inseguros, por serem ainda muito imaturos para ingressarem no mercado de trabalho, e por sentir uma necessidade de maior preparo prático. Por outro lado, outros acreditam que a realização de estágios extra-curriculares ainda na graduação ajudam na preparação para o futuro profissional.

Muitos se sentiam inseguros com a gestão de arquivos digitais, por ser uma área que estava surgindo em 2001, quando da sua formatura. Outra necessidade apontada pelos entrevistados diz respeito a uma maior preparação para trabalhar com consultoria de arquivo, maior aprofundamento em legislação arquivística. Outros apontam ainda que é primordial para o arquivista estar em constante atualização, pois a melhor preparação para a atuação profissional advém das vivências do próprio mercado de trabalho. O que se justifica através da ideia de Bellotto (2004, p.302) quando diz que “só um constante treinamento e cada vez mais experiência permitem aos arquivistas intervir definitivamente na implantação de diversos programas aprovados pela administração das instituições e converter-se em eficazes conselheiros para a solução de problemas”. Já, Sousa (2008) entende que “a atividade arquivística é essencialmente intelectual e não pode ser reduzida a um conjunto de técnicas previamente elaboradas, como receitas”. Dessa forma o arquivista deve saber aliar a teoria à prática para melhor desenvolver suas atividades.

A formação se vincula ao desenvolvimento do profissional no mercado laboral (SOUZA, 2011, p.209). Nesse sentido, a formação propiciada pelo Curso de Arquivologia da UFSM, na visão dos pesquisados, atende às necessidades do mercado de trabalho em parte. Talvez essa afirmativa se justifique pela percepção de Oliveira (2010, p.9) quando diz que “as formações necessitam de uma abordagem mais ampla e menos tecnicista”, ou seja, é premente que com as rápidas inovações tecnológicas e da maneira como a informação é produzida, que hajam reformulações curriculares voltadas para a formação de um arquivista atento as constantes mudanças do seu círculo profissional.

Richter (2004, p.81) lembra que “o ensino de graduação em Arquivologia esteve alicerçado nas matérias do currículo mínimo, bastante defasado pelos anos que se passaram e pela evolução da cultura, da ciência e da tecnologia”. A autora afirma ainda que com a Lei de Diretrizes e Bases, desde 1996 as instituições de ensino superior podem fixar os currículos para seus cursos, com a ressalva de que observem as diretrizes pertinentes. De acordo com Souza (2011, p.111) “para a criação de novos currículos e/ou reformulação dos existentes, indica-se um diálogo entre os agentes de formação e os espaços de trabalho”. Zanini (2010, p.27) também acredita que “a formação do profissional de arquivologia deve ser planejada e desenvolvida considerando-se a realidade concreta do campo de atuação profissional”.

A capacitação profissional é requisito primordial para o arquivista que deseja cumprir suas atividades de acordo com a realidade que o circunda. Nesse sentido, Ramos (2008, p.25) acredita que “o arquivista tem de investir em seu talento, qualificando-se e buscando seu aprimoramento contínuo, a fim de que possa acompanhar a evolução dos princípios teóricos e dos processos tecnológicos aplicados em sua área, que, na atualidade, mudam constantemente”. Ideia que é compartilhada por Oliveira (2010, p.11) quando diz que é importante o investimento por parte dos profissionais “na educação continuada, especialmente, para a melhoria no desempenho das atividades multidisciplinares, administrativas e gerenciais”.

O Código de Deontologia divulgado pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) em Pequim, no ano de 1996, já previa que os arquivistas devem procurar melhorar o nível profissional, renovando sistematicamente e continuadamente os seus conhecimentos arquivísticos e partilhando os resultados das suas investigações e da sua experiência, como forma de contribuir para o progresso da arquivística.

Como afirma Link (2009, p.41) “a busca pelo aperfeiçoamento em cursos de pós-graduação demonstra a preocupação dos arquivistas em buscar qualificação, produzindo novos conhecimentos em benefício da arquivística”. Já Zanini (2010, p.47) afirma que “várias razões podem levar alguém a cursar uma pós-graduação, como por exemplo: aumentar o salário, atualizar-se, mudar de profissão, fazer contatos, aprofundar-se na sua formação”.

A pesquisa mostrou que a grande maioria dos arquivistas pesquisados já possui pós-graduação concluída, com maior predominância no nível de especialização e menor incidência no nível de mestrado. O nível de doutorado

também foi citado por um dos pesquisados, que afirmou estar com o programa em andamento. Este egresso afirmou desempenhar o cargo de docente em Curso de Arquivologia. Dessa forma, infere-se que os arquivistas estão procurando se qualificar, sendo que estão envolvidos nos três níveis da pós-graduação, embora ainda seja baixa a inserção para qualificação nos níveis de mestrado e doutorado.

A área de formação na pós-graduação apresentou uma variedade de temáticas, especialmente em Administração, Gestão em Arquivos, Gestão Pública, Patrimônio Cultural, Informática, Engenharia de Produção e História, o que pode ser justificado pela constatação de Jardim (2011, p.66) quando afirma que “a ausência de um programa de mestrado e doutorado em Arquivologia parece ter provocado, nos últimos anos, uma procura, por parte dos arquivistas, de programas de pós-graduação de outras áreas [...] em história, administração, educação, engenharia da produção etc.”.

O resultado mostra que a formação continuada é uma preocupação dos egressos da UFSM, como justifica a pesquisa realizada por Souza (2011, p.192) onde ficou demonstrado que “a formação continuada é frequente nos graduados de Arquivologia, sobretudo naqueles que trabalham na área”.

O bom índice de arquivistas pós-graduados pode ainda ser explicado através da ideia de Elesbão (2011, p.33) o qual indica que este fato pode estar relacionado “à criação de novos cursos de especialização e aos cursos de Pós-Graduação à Distância, como é o caso do Curso de Especialização a Distância *Lato Sensu* em Gestão em Arquivo da UFSM e Universidade Aberta do Brasil (UAB) e ao incremento salarial que é promovido aos servidores públicos que possuem Pós-graduação”.

Ficou constatado que os arquivistas que não atuam na área dão preferência a programas de pós-graduação voltados ao desenvolvimento das atividades que desempenhavam na época de realização do estudo, como Desenvolvimento Econômico e Social, Gestão de Projetos e Psicologia.

Falar um idioma fluentemente já não é mais um diferencial profissional, mas sim um pré-requisito para quem busca uma vaga no mercado de trabalho ou pensa em crescer profissionalmente (ZANINI, 2010, p.50). Duarte (2006, p.6) infere que o perfil profissional do arquivista “supõe acompanhamento da evolução das tecnologias da informação e da produção do conhecimento e domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira. Isso faz o seu diferencial”. A grande maioria dos arquivistas pesquisados afirmou ter conhecimento sobre outro idioma (falar, ler ou escrever), com predominância dos idiomas inglês e espanhol. Outros idiomas que os

arquivistas também possuíam conhecimento, mas em menor frequência na pesquisa eram em italiano e alemão.

Rodrigues (2002) afirma que a base de uma profissão é composta pela formação, a prática profissional e a pesquisa, e que esses três componentes devem interagir constantemente. Nesse sentido, a pesquisa mostrou ser baixo o envolvimento dos arquivistas com alguma atividade técnico-científica. A maioria dos pesquisados apontou não ter desenvolvido pesquisa científica após a conclusão da graduação. O que se comprova pela constatação de Zanini (2010, p.27) quando afirma ser “escassa a participação do arquivista graduado na produção do conhecimento”.

Essa tendência talvez se justifique, pois na época da formação do grupo pesquisado, o Curso de Arquivologia não exigia o desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o que pode ter sido o motivo do não avanço dos egressos no mundo científico. Na UFSM o TCC só tornou-se obrigatório a partir da implantação do currículo aprovado em 2004. Souza (2011) já havia apontado como preocupante a quase inexistência de atividades de pesquisa científica na formação dos arquivistas no Brasil. No entanto, Sousa (2008, p.13) enfatiza que na “Arquivística, o progresso resulta do desenvolvimento dos conhecimentos e é impossível imaginar esse desenvolvimento sem o aporte da pesquisa”.

A investigação mostrou a maior incidência de realização de pesquisas científicas entre os egressos que se envolveram em programas de pós-graduação, com maior predominância no nível de mestrado e especialização. O que, em parte, se justifica através da constatação de Marques, Roncaglio e Rodrigues (2011) quando afirmam que a ampliação da pesquisa em arquivologia em vários programas de pós-graduação, com dissertações e teses com temáticas arquivísticas, vem resultando no aumento da comunicação científica da área, seja em congressos, artigos ou livros. O resultado da pesquisa com os egressos da UFSM mostra um contraponto à ideia das autoras, visto que a grande maioria que afirmou ter se envolvido em alguma atividade científica, quando indagados sobre apresentar ou publicar os trabalhos e/ou artigos em anais de eventos da área ou em revistas científicas, disseram não tornar público os resultados das pesquisas. A publicação de trabalhos científicos, de acordo com os resultados, está centralizada entre os poucos egressos que atuam com a área da docência universitária em cursos de Arquivologia.

No que concerne a esse assunto, Jardim (2011, p.68) é enfático ao afirmar que “enquanto não contarmos com programas de pós-graduação *stricto sensu* na área, dificilmente a pesquisa em arquivologia no Brasil terá um papel central na institucionalização do próprio campo”.

Bellotto (2004), ao retratar sobre as constantes renovações que devem permear a vida profissional do arquivista, diz que é preciso dar maior ênfase a treinamentos, leituras da produção recente, contatos em congressos e visitas técnicas, devendo haver um maior intercâmbio entre os arquivistas. Afirma ainda que, no tocante a educação continuada, o arquivista pode participar de cursos, oficinas, seminários, palestras, estudos em grupo que podem ser presenciais, semipresenciais ou à distância.

Em virtude das constantes transformações que norteiam os avanços tecnológicos, o arquivista fica em busca de uma constante qualificação profissional (ELESBÃO, 2011, p.45). Essa mesma perspectiva é compartilhada por Link (2009) quando diz que os arquivistas devem buscar o aperfeiçoamento para melhor exercer sua profissão.

Nesse sentido, o resultado da investigação mostrou que a maioria dos arquivistas participa dos eventos arquivísticos pelo menos uma vez ao ano, seguido pelos arquivistas que participam semestralmente e pelos que participam bimestralmente, bianualmente, quando possível, quando necessário melhorar profissionalmente e raramente. Ou seja, pode-se afirmar que embora os arquivistas não publiquem ou apresentem o resultado de pesquisas, estes participam dos eventos da área para buscar o aperfeiçoamento profissional.

2.3 Inserção no mercado de trabalho e atuação profissional

É a partir da inserção ao mercado de trabalho que se obtém a compreensão sobre uma profissão, sendo que o reconhecimento desta atividade é uma necessidade latente inerente da própria condição humana, visto que o homem vislumbra se sentir útil e reconhecido (LINK, 2009, p.11). Souza (2011, p.178) afirma que “o ingresso dos arquivistas no mundo do trabalho ocorre, com frequência, em quatro modalidades: concurso público, contrato temporário, contrato por tempo indeterminado e processo seletivo”.

A forma de inserção dos egressos ao mercado de trabalho logo após concluírem a graduação teve uma variedade de respostas, predominando os

arquivistas que ingressaram na vida profissional por intermédio de contrato e processo simplificado/análise de currículo. O que leva a acreditar que há dez anos eram ofertados poucos concursos públicos, visto que somente um dos egressos afirmou ter se inserido no mercado de trabalho através dessa modalidade.

A grande maioria dos arquivistas apontou ter desenvolvido atividades arquivísticas já no primeiro emprego, o que indica certa receptividade ao profissional no mercado de trabalho, visto que suas atividades foram desempenhadas no primeiro contato que tiveram com o mundo profissional.

O resultado da investigação mostrou que a maior parcela de egressos sempre atuou como arquivista, desde que concluiu a graduação, e continua atuando, seguido de uma parcela menor que atuou como arquivista, mas atualmente desempenha outras atividades. Foi perguntado aos egressos o tempo de atuação como arquivista, questão em que foi percebido que a maior parte dos egressos já atua no mercado de trabalho há dez anos ou onze anos ou mais. Os demais profissionais apontaram um tempo de atuação que varia de sete a um ano de atuação no mundo do trabalho. Os egressos que apontaram não atuar como arquivistas no momento, desenvolviam suas ações nas áreas de docência universitária em Cursos de Arquivologia, educação, área de gestão e planejamento, sociologia, análise de projetos e área bancária.

Souza (2011, p. 87) afirma que “no Brasil, a formação se caracteriza por preparar um profissional dotado de conhecimentos teóricos e habilidades para atuar nas três fases do arquivo”. Nesse sentido, a pesquisa procurou averiguar as atividades arquivísticas que os egressos desenvolveram durante suas trajetórias profissionais.

Através dos resultados percebeu-se que os arquivistas estão desenvolvendo a maioria das atividades arquivísticas previstas no instrumento de coleta de dados, com uma frequência maior para as atividades voltadas ao desenvolvimento dos arquivos correntes e intermediários, especialmente as atividades de classificação, avaliação, protocolo, transferência, recolhimento, treinamento/instrução de equipe, gestão eletrônica de documentos e consultoria, em detrimento das demais atividades: descrição, conservação preventiva, difusão de acervos, microfilmagem, diplomática e diplomática contemporânea, tratamento de documentos especiais e restauração, que tiveram menor porcentagem de escolha pelos entrevistados. Essa perspectiva já havia sido traçada por Souza (2011, p.182) quando afirma que “o arquivista no Brasil atua com prioridade na gestão de documentos”. A autora afirma

ainda que “a práxis arquivística exercida pelo profissional está associada às atribuições definidas na legislação, que, comparadas com as propostas pelos teóricos da área, podem apresentar ampliação do campo de atuação” (SOUZA, 2011, p.182).

Os conhecimentos que os arquivistas mais sentiram necessidade ao desempenharem suas funções também foram alvo da investigação. Pelos resultados obtidos, acredita-se que a grande incidência de apontamentos dos egressos da necessidade por maiores conhecimentos na área de Tecnologia da Informação (TI), como Gerenciamento Eletrônico de Documentos, informática, digitalização e preservação digital está ligada ao grande desenvolvimento e avanço da área de TI, que há dez anos era ainda muito incipiente, e o currículo em vigor na época não previa disciplinas voltadas totalmente ao desenvolvimento dessas atividades, daí a dificuldade do egresso em se adaptar ao mercado de trabalho que a cada dia exige cada vez mais conhecimentos em tecnologia e informatização dos arquivos.

A necessidade de maior aprofundamento em legislação arquivística apontada pelos respondentes acredita-se estar relacionada ao fato de que grande parte dos arquivistas está desenvolvendo suas atividades em órgãos públicos, o que faz com que as atividades arquivísticas estejam amparadas pela legislação e o conhecimento desta é primordial para o arquivista no desenvolvimento de suas funções.

Este questionamento relaciona-se com a questão anterior, em que era perguntado se os egressos sentiam-se preparados para ingressar no mercado de trabalho após a conclusão da graduação. Na justificativa dos arquivistas a este quesito, já havia sido informada a insegurança quanto à gestão de arquivos digitais, maior aprofundamento em legislação arquivística e melhor preparação para a atuação em trabalhos de consultoria, o que leva a acreditar que as necessidades do início da carreira seguiram ao longo do desenvolvimento da vida profissional.

A pesquisa procurou saber como os arquivistas classificam seus conhecimentos no que tange às Tecnologias da Informação e sua aplicação nos arquivos. Sobre isso, Krause (2005, p.5) infere que atualmente o “arquivista tem à sua frente o desafio de conhecer e adaptar-se aos novos suportes e formas de gestão da informação criados pela evolução tecnológica. Novas habilidades foram inseridas ao currículo do arquivista colocando-o como um profissional que deve reconhecer a informática como ponte para seu sucesso, como gestor e mediador da informação”. Bellotto (2004, p.305) também acredita que “a informática está definitivamente incorporada aos arquivos, seja na gestão ou na disseminação da

informação de documentos tradicionais, seja na organização e descrição de documentos em suportes isolados concretos, seja nos documentos virtuais, integrantes dos bancos de dados e dos sistemas de comunicações". Isso faz com que o arquivista "enfrente os avanços e busque o aperfeiçoamento como meio de acompanhar as exigências propiciadas pelas tecnologias da informação" (LINK, 2009, p.21).

Pelos resultados percebe-se que a maioria dos arquivistas classifica seu domínio sobre as tecnologias da informação aplicadas aos arquivos como sendo bom ou regular. Embora nenhum tenha classificado o domínio como ótimo, percebe-se que os arquivistas estão envolvidos com a aplicação de ferramentas voltadas à informatização dos arquivos como GED, *Workflow* e SIGAD. Nesse sentido, Elesbão (2011, p.14) infere que "o arquivista precisa conhecer as funções que são provenientes das novas tecnologias da informação, bem como tentar se adaptar a uma nova realidade que circunda o campo de trabalho".

Rodrigues (2009, p.25) complementa afirmando que "o arquivista só poderá cumprir suas tarefas profissionais de maneira eficiente se compreender o atual quadro da profissão, considerando a presença marcante das tecnologias da informação e da comunicação e o surgimento de novos suportes documentais".

2.4 Relação com a instituição empregadora atual

De acordo com Lopez (2008, p.6) o arquivista atualmente possui "um vasto campo de trabalho formado por empresas, instituições e organizações das mais variadas categorias. Neste universo, todas as organizações que mantém algum tipo de registro formal com o estado brasileiro possuem material arquivístico". Essa perspectiva é complementada através da ideia de Souza (2011, p.112) quando afirma que "qualquer instituição produtora de informação é um espaço de trabalho potencial para os arquivistas". A autora apresenta os espaços de trabalho para os profissionais arquivistas, como sendo as:

empresas públicas e privadas, instituições arquivísticas públicas e privadas, centros de documentação e informação, universidades e centros de pesquisa, as filmotecas e os museus, os bancos de dados e serviços de consultoria arquivística [...] as clínicas médicas e os hospitais, as instituições culturais e financeiras, as sociedades e cooperativas, os centros de ensino, os arquivos particulares e as consultorias, além dos órgãos dos poderes legislativo, executivo e judiciário, entre outros.

O resultado da pesquisa mostrou que a maioria dos egressos ocupa o cargo de arquivista nas instituições, o que demonstra que o profissional é reconhecido através do desenvolvimento do seu trabalho. Os egressos que atualmente não ocupam especificamente a função de arquivista, mas desempenham funções voltadas aos arquivos nas instituições possuem os cargos de docente em Cursos de Arquivologia, consultor arquivista e consultor em gestão de arquivos. Os demais egressos desempenham nas instituições os cargos de Consultor de Projetos de Educação, Técnico de Nível Superior da área de Gestão e Planejamento, Técnico Bancário e Sociólogo.

A predominância no regime de trabalho está entre os arquivistas que pertencem ao regime estatutário e celetista. Outras formas de regime de trabalho apontadas pelos egressos foram: autônomo, pessoa jurídica e profissional liberal através da contratação de serviços.

A maioria dos arquivistas possui uma jornada semanal de 40 horas de trabalho, predominantemente os que possuem vínculo com instituições públicas, sendo apontadas ainda cargas horárias de trabalho entre 30 e 35 horas nessa categoria. Outras cargas horárias semanais de trabalho foram indicadas pelos egressos, sendo que um arquivista informou trabalhar mais de 40 horas por semana. As menores cargas horárias semanais de trabalho apresentam-se entre os arquivistas que desenvolvem trabalhos de consultoria nas instituições, entre 17 e 28 horas semanais de trabalho, isso se explica pelo fato desses profissionais possuírem horários maleáveis, podendo decidir a carga de trabalho a ser executada de acordo com as suas necessidades e as necessidades do empregador.

Quando indagados sobre a esfera da instituição em que atuavam profissionalmente na atualidade, a maioria dos arquivistas informou estar vinculada a instituições públicas, com maior predominância em instituições federais e estaduais. Isso se explica, pois, como afirma Link (2009, p.44), “as instituições públicas valorizam o aperfeiçoamento do quadro de pessoal, através de um Plano de Carreira. Por isso incentiva a qualificação e concede percentuais de gratificação a serem incorporados nos vencimentos dos profissionais, servindo como um estímulo para a continuação no aperfeiçoamento profissional”. Nessa mesma linha Zanini (2010, p.41) infere que o ingresso no serviço público é cada vez mais comum, “pois este oferece ao mesmo tempo bons salários e estabilidade”. Souza (2011, p.73) acrescenta ainda que “as instituições públicas reconhecem o papel crucial que o

arquivista tem que desempenhar na gestão das informações orgânicas". Talvez esses sejam alguns dos motivos que justifiquem a grande parcela de arquivistas que têm procurado ingressar no serviço público, que de acordo com Zanini (2010, p.41), "é ainda o principal meio dos profissionais com formação em arquivologia atuarem no mercado de trabalho".

Ainda que com menor incidência, a pesquisa verificou que os arquivistas estão também atuando em instituições privadas, sobretudo na realização de trabalhos de consultoria arquivística. Isso se justifica através da constatação de Andrade (2009, p.28) que nos afirma que "embora ainda mais solicitado em órgãos públicos, o arquivista vem ganhando espaço na iniciativa privada".

A forma de ingresso dos arquivistas nas instituições atuais é predominantemente por concurso público/nomeação, com menor incidência entre arquivistas que ingressaram através de contrato com o empregador. Isso é justificado pela constatação de Souza (2011, p.20) quando esta afirma que "os sinais mais claros do ingresso do arquivista no mercado de trabalho no Brasil são percebidos, inicialmente, nos anos de 1990, mas com mais intensidade a partir da década seguinte, com a publicação de diversos concursos públicos, algo que se tornou mais frequente nestes últimos anos graças à iniciativa dos governos brasileiros".

Atualmente o ingresso dos arquivistas nas instituições faz um contraponto ao ingresso ao mercado de trabalho logo após a conclusão da graduação, quando a maioria dos egressos afirmou ter ingressado através de contrato ou contrato temporário ou por processo simplificado/análise de currículo. O que leva a constatação de que realmente houve o aumento na oferta de concursos públicos para arquivista nos últimos anos, o que vem absorvendo boa parte dos profissionais formados.

A incorporação dos arquivistas ao mundo do trabalho tem vários requisitos, dos quais se considera o principal a titulação. Tal requisito resulta do cumprimento da lei de reconhecimento da profissão, promulgada em 1978 (SOUZA, 2011, p.179). O resultado da pesquisa em relação a esse quesito vai ao encontro da ideia da autora, já que a maioria dos arquivistas afirmou como maior requisito para o ingresso na instituição a titulação universitária. Outros requisitos apontados pelos egressos foram experiência profissional, referências pessoais, conhecimento de informática e conhecimento de idioma.

A investigação mostrou que poucos arquivistas estão à frente de funções de chefia. O que chama a atenção é que somente um dos egressos que atualmente atua como arquivista desempenha função de chefia de setor de arquivo. As demais funções de chefia apontadas são de egressos que hoje não atuam diretamente como arquivista, sendo elas nas áreas de docência universitária (Coordenador de Curso de Arquivologia), gestão e planejamento e sociologia. Outro fato que chama a atenção é que todos os egressos que respondem por uma função de chefia possuem pós-graduação em nível de especialização ou mestrado, o que leva a acreditar que os arquivistas que “procuram o aperfeiçoamento e o aprimoramento são valorizados pelas instituições” (LINK, 2009, p.44).

Quanto ao incentivo ao aperfeiçoamento, a maioria dos arquivistas informou que são subsidiados em parte pelas instituições, enquanto que poucos egressos disseram receber total apoio da instituição para aperfeiçoamento profissional. O apoio da administração superior para efetivar as ações do campo arquivístico e para adquirir materiais e equipamentos também foi alvo da pesquisa. No que tange a esse assunto, a maior parte dos arquivistas apontou ser assistida em parte pelas administrações das instituições. Boa parte dos egressos afirmou, ainda, que recebeu o apoio da administração para efetivar suas ações e adquirir materiais e equipamentos. O que é bastante significativo, pois indica que o trabalho desenvolvido pelos arquivistas é valorizado pelas instituições.

A pesquisa mostrou a predominância entre os arquivistas que consideram adequada a remuneração salarial recebida na atual instituição onde desempenham suas atividades, que de acordo com o questionamento da renda salarial mensal varia de cinco a seis salários mínimos, o que de certa forma indica que os egressos estão satisfeitos com a remuneração salarial.

2.5 Relações interpessoais de trabalho

O Código de Deontologia divulgado durante o CIA em 1996, em Pequim, previa que os arquivistas devem trabalhar em colaboração com os seus colegas e os membros das profissões que lhes são próximas, devendo procurar estimular a colaboração e evitar conflitos com os seus colegas, resolvendo as dificuldades, encorajando o respeito pelas normas arquivísticas e pela ética profissional.

Para Link (2009, p.27) “o trabalho vai muito além do desempenho de uma atividade específica; ele representa relacionamento social, identificação com um

grupo, reconhecimento e valorização pessoal, sendo necessário que os indivíduos interajam entre si”.

Para a efetivação das atividades de gestão documental, é necessária a formação de equipes que auxiliarão o profissional especializado nos procedimentos técnicos de organização. Elesbão (2011, p.21), porém, lembra que é imprescindível “que existam colaboradores com formação específica que atendam melhor ao progresso e objetivos da organização ou instituição”, onde se insere o arquivista. Dessa forma, a pesquisa procurou saber como é a relação interpessoal de trabalho do arquivista nas instituições. O resultado mostrou que, para a maioria dos egressos, o arquivista é respeitado pelos profissionais de outras áreas da instituição.

A investigação também apontou a predominância entre os egressos que acreditam que o trabalho realizado pelo arquivista é reconhecido e valorizado pelos colegas de outras áreas de formação. Nesse sentido, Link (2009) afirma que os arquivistas devem possuir autonomia; saber trabalhar em equipe e administrar suas emoções; possuir capacidade de interagir para obter êxito no relacionamento interpessoal. A maioria dos egressos afirmou que a opinião do arquivista é levada em consideração quando o debate com pessoas que não são arquivistas é sobre atividades arquivísticas. O que demonstra que o arquivista é um profissional respeitado nas instituições.

Questionados sobre o trabalho arquivístico ser compartilhado com outros profissionais, percebeu-se que alguns acreditam que o trabalho arquivístico deve ser realizado somente pelo arquivista devido ao seu conhecimento técnico-científico e sua experiência profissional, enquanto que para a maioria dos entrevistados, outros profissionais que trabalham nos arquivos, se forem orientados por um arquivista, têm muito a colaborar no desenvolvimento das atividades arquivísticas.

Sobre a qualidade técnica de o trabalho ficar comprometida quando não arquivistas realizam atividades arquivísticas, uma pequena parcela de egressos acredita que sim, o trabalho fica aquém do que se fosse realizado pelo profissional arquivista. Já para a maioria dos arquivistas nem sempre o trabalho arquivístico realizado por outros profissionais é inferior ao realizado pelo arquivista, desde que seja orientado, acompanhado e revisado por um profissional qualificado, no caso o arquivista, para que seja confiável. Os egressos justificam ainda que a prática dessas pessoas que muitas vezes trabalham há anos nos arquivos e possuem um vasto conhecimento sobre o acervo, deve ser levada em consideração e ser adequada ao trabalho arquivístico, podendo colaborar com o arquivista no

desenvolvimento de suas atividades. Ainda de acordo com os egressos, a metodologia utilizada por esses profissionais pode ser transformada e qualificada pelo profissional arquivista.

2.6 Legalização e reconhecimento da profissão

O arquivista é responsável pelo trabalho intelectual, o de planejar qual a melhor maneira para facilitar e possibilitar a busca/pesquisa pela informação de forma rápida quando qualquer pessoa necessitar. As atividades desempenhadas pelo arquivista compreendem “o planejamento, acompanhamento, direção e orientação do processo documental, o que caracteriza o nível intelectual” (STAHL, 2008, p.18).

A Lei nº 6.546 de 4 de julho de 1978 regulamentou as profissões de arquivista e técnico de arquivo, ficando clara a diferenciação entre as atribuições do arquivista voltadas ao planejamento, orientação, direção, acompanhamento e assessoramento das atividades arquivísticas, ou seja, nível intelectual, daquelas atribuições próprias do técnico de arquivo, voltadas à execução das atividades técnicas arquivísticas, o que caracteriza o nível operacional.

Dessa forma, a pesquisa buscou saber se as atividades desenvolvidas atualmente pelos arquivistas estariam de acordo com as atribuições previstas na lei da profissão. O maior percentual foi de egressos que afirmaram que as atuais atividades desenvolvidas nas instituições estão em consonância com a legislação, embora uma parte significativa dos arquivistas aponte para o fato de que as atividades não estão contempladas ou estão previstas em parte na lei que regulamenta a profissão. Nesse sentido, a pesquisa realizada por Souza (2011) já considerava que a lei que regulamenta a profissão carece de uma revisão de suas atribuições.

Para Richter (2004) ser arquivista é compreender a história dos arquivos, a profissão, a terminologia, a teoria, a metodologia e o contexto da produção de informações e documentos, bem como a legislação arquivística.

No que se refere a manter-se informado sobre a legislação arquivística vigente, a maioria dos arquivistas afirmou conhecer a legislação concernente aos arquivos, incluindo as resoluções do CONARQ, e a outra parcela de egressos disse acompanhar a legislação em menor grau, ou seja, na medida do possível.

A participação dos arquivistas em movimentos associativos também foi alvo da investigação. Souza (2011, p.134) ao tratar sobre a finalidade das associações afirma que “os objetivos principais das associações existentes no Brasil consistem em congregar os profissionais e lutar por seus direitos”. A pesquisadora aponta ainda que as associações de arquivistas têm como objetivo máximo atuar na defesa da categoria e organizar cursos e outros eventos com o intuito de melhorar a categoria, além de oferecer alguns benefícios que atendem a todos os associados (SOUZA, 2011, p.134).

Ficou comprovado, através dos resultados desta pesquisa, que há pouca representatividade entre os pesquisados no que concerne ao associativismo profissional de arquivistas, sendo que a grande maioria não é filiada a nenhuma entidade ou associação. Os poucos arquivistas que afirmaram fazer parte de uma associação estão vinculados à Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul (AARS) sendo que a filiação ocorreu ainda durante a graduação ou logo após a conclusão do Curso, o que demonstra não haver a tendência do arquivista que já atua a certo tempo no mercado de trabalho vir se filiar em associações.

Para a maioria dos egressos, a inexistência de um Conselho Federal de Arquivologia é fator fundamental para que a profissão não alcance maior reconhecimento no mercado de trabalho. A esse respeito, Elesbão (2011, p.14) afirma que “os graduados encontram dificuldades para ingressar no mercado de trabalho porque não há dispositivo que fiscalize se as organizações estão ou não contratando arquivistas para exercer cargos de sua competência”. Para Link (2009, p.55) “a criação de um conselho poderia trazer maior garantia de reconhecimento e de fiscalização do exercício profissional. Isso propiciaria maior respeito à Lei que regulamenta a profissão do arquivista”.

Souza (2011, p.167) explica que “a ausência de um conselho profissional permite que os arquivistas efetuem seu registro como profissionais no Ministério do Trabalho e Emprego, de acordo com o Decreto nº 93.480 de 29 de outubro de 1986”.

No que diz respeito ao registro de arquivista na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, a pesquisa revelou a predominância dos egressos que fizeram o registro para exercer a profissão, como normatiza a Lei nº 6.546 de 4 de julho de 1978. Embora com pouca incidência, a investigação mostrou que alguns arquivistas ainda não possuem o registro profissional, o que se justifica através da constatação de Souza (2011, p.168) em que afirma que “com a ausência

de um Conselho Profissional, o arquivista deixa de ter a obrigatoriedade de efetuar seu registro profissional".

Pelas respostas dos arquivistas, pode-se perceber que a maior expectativa em relação ao futuro profissional para a maioria dos pesquisados é conquistar maior reconhecimento profissional, o que se justifica pelo elevado percentual de arquivistas que querem mudar de local de trabalho, ou pelo desejo de continuar se qualificando através da realização de novas pós-graduações.

A expansão do objeto de estudo da área e as facetas que a informação foi adquirindo através das demandas da sociedade e dos avanços tecnológicos, propiciaram uma maior inserção e visualização do profissional arquivista no mercado de trabalho (COSTA, 2008, p.80). Souza (2011, p.2011) também acredita que "tem-se ampliado as oportunidades no mercado de trabalho para este profissional, e o reconhecimento de suas atribuições começa a mostrar um avanço significativo, principalmente na última década".

É consensual entre a maioria dos egressos pesquisados que a profissão de arquivista está em ascensão, e que haverá uma maior visibilidade profissional para a categoria no futuro. Muitos egressos justificaram essa ascensão através do aumento de Cursos de Graduação em Arquivologia, que hoje está em praticamente todas as regiões do País, a grande oferta de concursos públicos para arquivista, fato que não ocorria há dez anos, o reconhecimento da profissão e do profissional arquivista no serviço público e o aumento de oportunidades na iniciativa privada, sobretudo nos grandes centros urbanos ou o profissional ser reconhecido e valorizado em certas regiões do País, como em Brasília. Sobre a maior demanda pelo profissional no mercado, Zanini (2010, p.25) entende que "a tendência à ofertas de cursos superiores de Arquivologia parece expressar uma demanda cada vez mais acentuada por parte da sociedade e do Estado em relação à atuação de arquivistas no setores públicos e privados".

A questão de maior visibilidade profissional, na visão dos egressos, depende de muitos fatores, entre os quais se destacam: maior ênfase na formação no que se refere às Tecnologias da Informação, constituição do conselho da profissão, necessidade de qualificação profissional constante (formação continuada), que os arquivistas se imponham mais às atividades intelectuais em benefício do arquivo e não se dediquem tanto às questões técnicas como arquivar papéis, que haja maior união da categoria por salários mais dignos e maior abertura de vagas em concursos

públicos, que muitas vezes são ocupadas por outros profissionais que não os arquivistas, entre eles os bibliotecários.

Essa questão já havia sido levantada por Oliveira (2010) quando afirma que os graduados em Arquivologia constatam a predominância da atuação de profissionais de outras áreas nos cargos de gerenciamento de informações. Essa mesma perspectiva é apresentada na pesquisa realizada por Link (2009) que afirma haver falta de investimentos nos arquivos e profissionais de outras áreas ocupando o espaço do arquivista.

No entanto, Jardim (2006) infere que há muitos espaços a serem ocupados pelo profissional arquivista no mercado de trabalho. O autor afirma ainda que a maior inserção do arquivista e a sua maior visualização no mercado de trabalho é um processo que tende a se desenvolver. A ideia de Souza (2011, p.24) complementa o pensamento de Jardim quando afirma que “enquanto existir produção de informação arquivística, novos espaços de trabalho serão abertos para a atuação dos arquivistas”.

3 CONCLUSÃO

A seguir são apresentadas as constatações finais após a análise dos resultados que ajudaram na identificação do perfil dos arquivistas formados pelo Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria.

Através da verificação das seis variáveis pré-determinadas do instrumento de coleta de dados foi possível identificar o perfil dos arquivistas formados pelo Curso de Arquivologia da UFSM no ano de 2001, enquanto amostra, como foi sua inserção e como está sendo sua atuação no mercado de trabalho.

Além da identificação do perfil do profissional, o estudo verificou ainda que para os arquivistas pesquisados, a maior expectativa profissional em relação ao futuro é conquistar maior reconhecimento profissional, e para que a profissão conquiste maior visibilidade, a formação deve dar maior ênfase às Tecnologias da Informação e legislação arquivística, que seja constituído o conselho da profissão, que os arquivistas procurem se qualificar constantemente e se dediquem mais às atividades intelectuais em benefício dos arquivos, que haja maior união da categoria na luta por salários mais dignos e que a abertura de vagas nos concursos públicos seja destinada ao profissional arquivista e não a outros com formação semelhante.

A pesquisa permitiu contribuir com o Curso de Arquivologia, uma vez que apresenta, na visão dos egressos, as fragilidades na formação e possíveis mudanças necessárias de ocorrerem em uma futura revisão curricular. A investigação contribuiu ainda para o enriquecimento do conhecimento científico da área arquivística, visto que colaborou com a produção científica na linha de pesquisa em formação/atuação profissional.

Através dos resultados desse estudo, sugere-se que novas pesquisas sejam desenvolvidas, como forma de dar maior visibilidade à profissão, pois a constante análise da formação e atuação do arquivista contribui para que se reconheça como está a absorção e os desafios que este profissional enfrenta no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sodré. **Iniciativa Privada abre espaço para arquivistas**. 2009. Disponível em: <<http://www.g1.globo.com/sites/especiais/noticias/0,,MUL964339-15526.00-INICIATIVA+PRIVADA+ABRE+ESPAÇO+PARA+ARQUIVISTAS.html>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **O arquivista na sociedade contemporânea**. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Permanentes: tratamento documental/Heloísa Liberalli Bellotto – 2. ed. Ver. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

COSTA, Larissa Cândida. **Entre a formação e o trabalho**: o arquivista diante das novas demandas sociais e organizacionais em matéria de informação. 2008. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

DUARTE, Zeny. **Arquivo e arquivista**: conceituação e perfil profissional. In: Congresso Nacional de Arquivologia, 2, 2006, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: AARGS, 2006.

ELESBÃO, Ilde. **Arquivistas diplomados pela UFSM e sua presença no mercado de trabalho**: análise de egressos de 2005 a 2009. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

JARDIM, José Maria. CARDOSO, Julio Cesar. **Entrevista com José Maria Jardim.** Arquivistica net. Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.7-21, jan/jun. 2006. Disponível em: <www.arquivistica.net>. Acesso em: 20 jan. 2011.

JARDIM, José Maria. **A pesquisa como fator institucionalizante da Arquivologia enquanto campo científico no Brasil.** In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha. RONCAGLIO, Cynthia. RODRIGUES, Georgete Medleg Rodrigues. A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia/ Angélica Alves da Cunha Marques, Cynthia Roncaglio e Georgete Medleg Rodrigues, organizadoras. – Brasília: Thesaurus, 2011.

KRAUSE, Carla. PAGANINI, Geison. PROVEDEL, Attilio. **A atuação do arquivista no desenvolvimento e na administração de sistemas de informação computadorizados.** In: Congresso de Arquivologia do Mercosul, 6, 2005, Campos do Jordão. Anais... Campos do Jordão: ARQSP, 2005.

LINK, Jocelaine Zanini Rubim. **O mercado de trabalho dos arquivistas sócios da Associação dos Arquivistas do RS (AARS).** 2009. Monografia (Especialização em Gestão em Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

LOPEZ, André Porto Ancona. **O ser e o estar arquivista no Brasil de hoje.** In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 15, 2008, Goiânia. Anais... Goiânia: AAG. 2008. Disponível em <www.aag.org.br>. Acesso em: 20 jan. 2011.

MALDANER, Sandra Schinwelski. **Processos educativos & capital intelectual:** um estudo do papel do arquivista nas instituições. 2010. 78 f. Monografia (Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria/Universidade Aberta do Brasil), Três de Maio, 2010.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. RONCAGLIO, Cynthia. RODRIGUES, Georgete Medleg Rodrigues. **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras.** I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia/ Angélica Alves da Cunha Marques, Cynthia Roncaglio e Georgete Medleg Rodrigues, organizadoras. – Brasília: Thesaurus, 2011.

OLIVEIRA, Flávia Helena de. **As habilidades demandadas aos arquivistas para o exercício profissional no mercado de trabalho de Brasília.** In: Congresso Nacional de Arquivologia, 4, 2010, Vitória. Anais... Vitória: AARQES, 2010.

RAMOS, Elida Nascimento. **O aporte da noção de empreendedorismo na formação do arquivista.** 2008. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; GARCIA, Olga Maria Correa; PENNA, Elenita Freitas. **O arquivista.** In: Introdução à Arquivologia. Santa Maria: FACOS-UFSM: 2004. 2^a Edição, 110 p.

RODRIGUES, Camila Poerschke. **As políticas de preservação de documentos digitais na realidade do profissional arquivista atuante nas instituições de ensino superior do RS.** 2009. Monografia (Especialização em Gestão em Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. **Relação ensino-pesquisa:** em discussão a formação do profissional da informação. DataGramZero, Rio de Janeiro, RJ, v.3, n.5, p. 1-12, 2002. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out02/Art_05.htm>. Acesso em: 15 set 2012.

SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de. **Os desafios da formação do arquivista no Brasil.** In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 15, 2008, Goiânia. Anais... Goiânia: AAG, 2008. Disponível em: <www.aag.org.br>. Acesso em: 20 jan. 2011.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de Souza. **Arquivista, visibilidade profissional:** formação, associativismo e mercado de trabalho/Kátia Isabelli Melo de Souza. – Brasília: Starprint, 2011.

STAHL, Sabrina Joana. **O mercado de trabalho para arquivistas nas prefeituras do RS.** 2008. Monografia (Especialização em Gestão em Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

ZANINI, Marco Antonio. **Estudo do perfil do servidor técnico administrativo em educação da UFSM com formação em Arquivologia.** 2010. Monografia (Especialização em Gestão em Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria, São João do Polêsine, 2010.